

CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E PRODUÇÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI – BA¹

GUSTAVO ALVES OLIVEIRA
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

ELENICE DE BRITO TEIXEIRA SILVA
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa sobre *Políticas e Práticas de Educação Infantil nos territórios do Sertão Produtivo e Velho Chico*, desenvolvida entre os anos de 2022 e 2023 pelo Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus XII*. O estudo tem por objetivo analisar o processo de implementação do atendimento integral em instituições do PROINFÂNCIA do município de Guanambi, além de compreender as concepções de atendimento integral na política nacional de Educação Infantil e suas influências na política municipal, que respalda o atendimento integral de bebês e crianças em creches e pré-escolas. A pesquisa de campo desenvolvida é de abordagem qualitativa e os dados foram analisados a partir da abordagem do Ciclo de Políticas de Ball (2010), envolvendo o estudo de documentos da política nacional e local de Educação Infantil, questionário com membros das secretarias municipais de educação, observação participante e docência compartilhada em uma turma de terceiro período, com crianças entre 03 e 04 anos de idade, em uma escola municipal de Educação Infantil. Com os resultados da pesquisa, buscamos evidenciar a importância do atendimento integral para o desenvolvimento integral da criança, além de apontar os desafios enfrentados pelo município para ampliação da oferta de atendimento integral. A análise evidencia que o programa PROINFÂNCIA constitui a maior influência para a ampliação de tal atendimento no município pesquisado.

3863

Palavras-chave: Atendimento integral. Educação Infantil. Políticas Públicas

Abstract

This work is part of a research on Early Childhood Education Policies and Practices in the territories of Sertão Produtivo and Velho Chico, developed between the years 2022 and 2023 by the Childhood and Early Childhood Education Observatory (ObEI) of the State University of Bahia – UNEB, *Campus XII*. The study aims to analyze the process of implementing comprehensive care in PROINFÂNCIA institutions in the municipality of Guanambi, in addition to understanding the concepts of comprehensive care in the national Early Childhood Education policy and its influences on municipal policy, which supports comprehensive care for babies and children in daycare centers and preschools. The field research developed has a qualitative approach and the data were analyzed based on Ball's Policy Cycle approach (2010), involving the study of national and local Early Childhood Education policy documents, questionnaires with members of municipal education departments, participant observation and shared teaching in a third period class, with children between 3 and 4 years old, in a municipal Early Childhood Education school. With the research results, we seek to highlight the importance of comprehensive care for the child's comprehensive development, in addition to pointing out the challenges faced by the municipality in expanding the provision of comprehensive

¹ Artigo produzido como parte da conclusão da Pesquisa de Iniciação Científica no âmbito do Projeto *Políticas e práticas de Educação Infantil nos territórios do Sertão Produtivo e Velho Chico*, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa na Bahia – FAPESB, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

care. The analysis shows that the PROINFÂNCIA program constitutes the greatest influence for the expansion of such service in the municipality researched.

Keywords: Comprehensive care. Child Education. Public Policy.

INTRODUÇÃO

No Brasil, podemos dizer que há políticas que regulamentam a proteção integral e a educação das crianças como dever da família e do poder público. Dessa forma, é importante destacar que tais políticas nacionais constituem, distribuem e regulamentam concepções que visam ampliar o tempo de permanência das crianças nas instituições de Educação Infantil, tendo em vista a garantia do desenvolvimento cultural das crianças. Assim, o atendimento integral em nosso país, pode ser entendido como uma política pública que busca garantir o acesso de crianças a instituições de cuidado e educação coletivos que ofereçam condições e contextos sociais de desenvolvimento integral de todas as crianças.

No entanto, os estudos apontam a necessidade da “ampliação do tempo de permanência das crianças matriculadas em creches e pré-escolas, sem que isso implique abrir mão de um conjunto de garantias e direitos historicamente conquistados na sociedade brasileira” (Araújo, 2015, p. 15). Nesse sentido, há um tensionamento para que o tempo ampliado seja tempo de promoção de experiências importantes ao desenvolvimento cultural das crianças. São estudos (Araújo, 2015; Sarmento, 2015; Peixoto, 2015) que destacam que o atendimento integral na Educação Infantil tem razões sociais e econômicas, sendo que muitas vezes, se questiona as experiências educativas vivenciadas pelas crianças na ampliação de turno nas escolas. Nesse sentido, defende-se a necessidade de ampliação do atendimento integral levando em conta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), nos seus princípios éticos, políticos e estéticos, para assegurar contextos de interações e brincadeira que potencializem o desenvolvimento integral, de fato.

Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar o processo de implementação do atendimento integral em instituições do PROINFÂNCIA, além de compreender as concepções de atendimento integral na política nacional de Educação Infantil e suas influências na política municipal que respalda o atendimento integral de bebês e crianças em creches e pré-escolas.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida no município de Guanambi, localizado no território do Sertão Produtivo do Estado da Bahia, nordeste do país. A análise dos dados foi feita a partir

da Abordagem do Ciclo de Políticas (Ball, 2010), que é um método que visa analisar políticas educacionais com o intuito de compreender como elas são formuladas e como são implementadas nos diferentes contextos. Neste caso, analisamos a política de atendimento integral em relação ao contexto das políticas pós 1996 no país, buscando compreender as práticas locais em relação aos contextos da política nacional ao longo de um período de tempo.

O contexto estudado foi uma turma de terceiro período, composta de 25 crianças, sendo 16 meninos e 09 meninas, com idades entre 03 e 04 anos, em uma Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI do Proinfância. A pesquisa é de abordagem qualitativa e a análise dos dados envolveu os seguintes procedimentos: Revisão de literatura integrativa; observação participante; análise documental e do diário de campo; entrevistas narrativas; questionário aplicado com dirigentes da Secretaria Municipal de Educação do município referente ao ano de 2023.

A revisão de literatura foi realizada nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (GT 07) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, considerando o período entre 2013 e 2023. Para isso, utilizamos os seguintes descritores: Atendimento integral; Educação Infantil; Política pública; Proinfância. Já para a análise documental, selecionamos documentos publicados entre 1988 e 2020, nacionais e municipais, que regulamentam as políticas de Educação Infantil, visando compreender concepções do atendimento integral.

A observação participante foi realizada no âmbito do Programa de Residência Pedagógica na EMEI entre março e setembro de 2023, uma vez por semana, com duração diária de 04 horas, perfazendo um total de 96 horas de observação. Os dados foram registrados em diários de campo. Além disso, foram realizadas entrevistas narrativas com duas professoras que atuam na EMEI. Por fim, foi aplicado um questionário online com a secretária municipal de educação para a compreensão da estrutura e organização do atendimento integral no município de Guanambi, e para situar o atendimento integral na Educação Infantil de Guanambi em relação aos demais municípios do território Sertão Produtivo. Tais dados foram essenciais para desenvolver as metas e mapear a oferta de atendimento integral no contexto da pesquisa. É válido ressaltar que os procedimentos citados foram utilizados, respeitando a ética da pesquisa, uma vez que o projeto foi aprovado no Comitê de ética em pesquisa da Universidade do Estado da Bahia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender como a produção científica vem tratando a política de atendimento integral foi feita uma revisão de literatura integrativa, que segundo Encole e colaboradores (2014, p. 09), é um método que tem como finalidade “sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente”. Considerando as duas Bases de Dados (GT 07 da ANPED e Portal de Periódicos da CAPES) foram localizados um total de 161 trabalhos. Após leitura dos resumos, identificamos que apenas 11 tratavam especificamente do atendimento integral na Educação Infantil. Integramos as discussões em quatro categorias, conforme figura seguinte:

Figura 01: Categorização dos trabalhos por tema



Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

3866

O quadro 01 indica os trabalhos por categoria. Os dados indicam que os trabalhos sobre o tema começaram a ser publicados nestas bases a partir de 2015, com ampliação após 2020.

Quadro 01: Trabalhos por categoria

CATEGORIAS	TRABALHOS	QUANTIDADE DE PRODUÇÕES
POLÍTICA EDUCACIONAL/ PROINFÂNCIA	Andrade, Wiebusch e Segat (2016)	07
	Serrão (2017)	
	Júnior (2021)	
	Mororó e Carvalho (2019)	
	Falciano, Nunes e Santos (2021)	
	Melo e Gomes (2021)	
	Pacífio, Freitas e Matos (2021)	
EDUCAÇÃO INTEGRAL	Araújo, Auer e Pinto (2019)	02
	Oliveira (2015)	
CONCEPÇÕES DOCENTES	Duarte, Auer, Taquini e Araújo (2017).	01
PROPOSTA CURRICULAR/ PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Pinto (2017)	01

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Pelo quadro, observamos que a maioria dos trabalhos discute a política de atendimento integral, sobretudo na relação com outras políticas, como o Proinfância. Por outro lado, há pouca discussão sobre a concepção de educação integral e da natureza das práticas pedagógicas e estrutura curricular.

No conjunto das produções, o atendimento integral na Educação Infantil é fortemente associado à ampliação da permanência das crianças, sobretudo a partir de um recorte de classe social que necessita do apoio do Estado, e não ao conjunto das práticas diversificadas que poderão potencializar o desenvolvimento integral das crianças quanto à proteção, nutrição, saúde, bem-estar, cultura, ciência, Arte e linguagem. Nesse sentido, buscamos analisar como a política nacional de Educação Infantil veicula concepções de atendimento integral e como tais concepções se traduzem em práticas e políticas nos municípios.

Quadro 02: Documentos analisados na pesquisa

Ano	Entidade	Nome do documento
1988	Senado Federal	Constituição Federal
1994	Ministério da Educação	Política Nacional de Educação Infantil
1996	Governo Federal do Brasil	Lei de Diretrizes e Bases (LDB)
2006	Ministério da Educação	Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil
2007	Ministério da Educação	Política do Programa Proinfância
2009	Conselho Nacional de Educação	Parecer 20/2009 das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Infantil
2010	Ministério da Educação	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)
2018	Documento normativo – Ministério da Educação	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
2018	Ministério da Educação	Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil
2020	Documento normativo – Secretaria de Educação de Guanambi	Base Municipal Curricular de Guanambi (BMCG)

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

O quadro evidencia um conjunto de dispositivos que visam regulamentar a Educação Infantil, fruto das mobilizações sociais e movimentos de mulheres e das Universidades (Rosemberg, 2015). Entre esses dispositivos, destaca-se o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA. Este Programa foi instituído no governo de Luiz Inácio Lula da Silva pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, tendo por objetivo apoiar financeiramente os

municípios no intuito de garantir o acesso integral de crianças a uma Educação Infantil e corrigir disparidades e desigualdades educacionais (Brasil, 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI – (Brasil, 2010), assevera o direito da criança a uma educação de qualidade. O referido Documento menciona (Brasil, 2010, p. 12) que “é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção”. No entanto, as diretrizes da Educação Infantil não destacam a política de atendimento integral, mas afirmam que a função social da Educação Infantil é garantir o desenvolvimento integral de bebês e crianças, enquanto direito da criança. Nessa perspectiva, o Parecer 20/2009 das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirma o direito às crianças a partir do atendimento em creches e pré-escolas, destacando a Constituição de 1988 com fonte principal. Este Parecer já indicava que o Plano Nacional de Educação (PNE) deveria prever que a ampliação da oferta de Educação Infantil em 50% das crianças com idade de zero (0) a três (03) anos, e 80% das crianças entre quatro (04) e cinco (05) anos.

A partir da leitura dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006 e 2018) e dos Indicadores Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2006) é possível compreender que o primeiro documento teve o intuito de estabelecer critérios para a qualidade da Educação Infantil nas creches e pré-escolas a partir da implementação das políticas públicas que regem a área da infância de forma democrática. Com isso, fica evidente a necessidade de estabelecer uma Educação Infantil que assegure, de fato, o desenvolvimento da criança. No entanto, tais documentos não tratam especificamente da ampliação da jornada das crianças. Já nos Parâmetros de 2018 lançado pelo Ministério da Educação, há princípios e práticas de qualidade na Educação Infantil por áreas focais, conforme quadro seguinte:

Quadro 03: O atendimento integral nos Parâmetros de Qualidade de 2018

ÁREA FOCAL	PRINCÍPIOS	SOBRE ATENDIMENTO INTEGRAL
Área focal 1: Gestão dos sistemas e redes de ensino	Princípio 1.1: Gestão de acesso, oferta e matrícula	Garantir o atendimento em período parcial, por no mínimo 4 horas, ou integral, por período igual ou superior a 7 horas, não ultrapassando 10 horas de atendimento;
Área focal 1: Gestão dos sistemas e redes de ensino	Princípio 1.1: Gestão de acesso, oferta e matrícula	Realizar mapeamento da demanda e, se necessário, promover a ampliação do atendimento;
Área focal 3: Gestão das instituições de	Princípio 3.5: Promoção da saúde,	Assegurar, em conjunto com o Gestor e profissionais da Instituição de Educação Infantil, que crianças sejam

educação infantil	bem-estar e nutrição	atendidas em suas necessidades de saúde, nutrição, higiene, descanso e movimentação;
Área focal 06: Intersetorialidade	6.1 Rede de proteção	A proteção integral das crianças extrapola as funções educativas e de cuidado e deve ser articulada por meio de ações que integrem as Políticas Públicas intersetoriais.

Fonte: Elaboração dos autores com base em BRASIL, 2018.

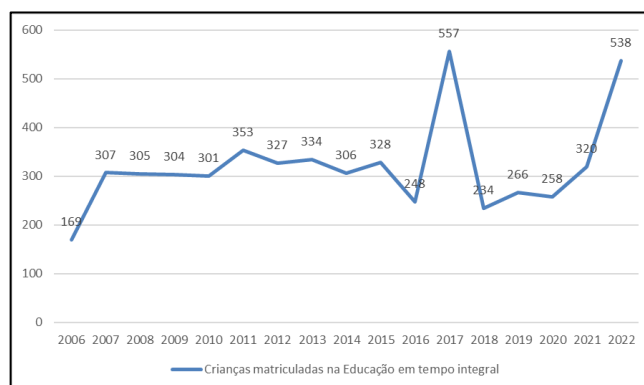
Como se pode perceber, os documentos não especificam a necessidade de atendimento integral, mas admitem que a jornada poderá ser de 7 horas para atender necessidades de proteção, nutrição e vulnerabilidade. Em 2018, foi elaborada a Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018, no âmbito do Programa Criança Feliz (Brasil, 2018, p. 01) que diz que cabe ao Ministério da Educação “apoiar os gestores municipais na implementação de atividades complementares nas escolas de educação infantil”.

Ao estudar a política local do município de Guanambi, BA foi possível perceber que este município conta com seis (06) instituições de Educação Infantil que atendem as crianças em tempo integral, sendo cinco (05) no meio urbano e apenas uma (01) no meio rural (inaugurada apenas no ano de 2023). Das seis (06) instituições que atendem as crianças, quatro (04) são unidades do PROINFÂNCIA e duas (02) são creches que funcionam e atendem as crianças desde a década de 1990.

O município iniciou o atendimento integral na Educação Infantil em meados dos anos de 1990, em uma creche mantida pela assistência social, com profissionais nomeados como recreadores infantis. Somente a partir do ano de 2002, as creches passaram a integrar a área de educação do município e contar com pedagogos no trabalho com as crianças.

A implementação do programa PROINFÂNCIA em 2007 para a construção de novas creches é um contexto de influência forte para a ampliação das vagas no atendimento integral no município. O Plano Municipal do município de Guanambi – PME (2015-2025), por exemplo, traz na meta 01 a ampliação em 50% do atendimento em creche e a universalização da pré-escola, sendo que uma das estratégias desta meta é a ampliação do atendimento integral. No levantamento dos indicadores do município desde a implementação do programa, percebe-se uma evolução em relação ao atendimento integral de crianças ao longo dos anos, conforme gráfico seguinte. Com isso, nota-se que houve, por exemplo, uma ampliação de 55% do atendimento por meio da construção de três (03) unidades de Educação Infantil.

Gráfico 01: Evolução das matrículas na Educação Infantil em tempo integral no município de Guanambi – BA (2006 a 2022)



Fonte: Elaboração dos autores, com bases nos dados do INEP, 2023.

Os dados indicam que a ampliação do atendimento se deu pós 2007 com a implementação do PROINFÂNCIA e o apoio à construção de creches. Outro dado importante é a redução das taxas de atendimento de 2017 para 2018, durante o governo de Jair Bolsonaro, e a redução de investimentos em políticas sociais e educacionais, algo que se aprofundou entre 2019 e 2020 em decorrência da pandemia de covid-9.

Na pesquisa, buscamos situar o atendimento integral na Educação Infantil de Guanambi em relação aos demais municípios do território Sertão Produtivo. Identificamos que, dos 20 municípios do território, 04 não ofertam atendimento integral e, entre os 16 que ofertam, Guanambi ocupa a décima quinta posição no percentual de crianças atendidas em jornada de tempo integral, que é era de 16% em 2022, bem abaixo da média de 20% de todo o território Sertão Produtivo. Com isso, evidenciamos na tabela a seguir, o quantitativo de crianças matriculadas nas escolas de Educação Infantil do município de Guanambi no ano pesquisado.

Quadro 04: Crianças matriculadas na Educação Infantil – Guanambi, BA (2021)

MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL		MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL	
TOTAL DE ESCOLAS	20	TOTAL DE ESCOLAS	05
MATRÍCULAS NA CRECHE	823	MATRÍCULAS NA CRECHE	320
MATRÍCULAS NA PRÉ-ESCOLA	2.074	MATRÍCULAS NA PRÉ-ESCOLA	0
TOTAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS	2.897	TOTAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS	320

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do INEP, 2023.

A partir destes números, concluímos que houve uma ampliação do atendimento integral, nos últimos anos, passando de 11% em 2021 para 16% em 2022. O atendimento integral não é oferecido em pré-escolas, somente em creches. De vinte (20) unidades (creche/EMEI/escolas) presentes no município, apenas cinco (05) oferece a oferta de

educação em tempo integral. De acordo com dados do questionário (ObEI, 2023) aplicado com dirigente da Secretaria Municipal de Educação do município, o percentual de atendimento integral no município ainda é menor que 10%, destoante dos dados fornecidos ao Censo 2021 e 2022.

Por meio da observação na EMEI, compreendemos que há oferta de atendimento integral para crianças de até três (03) anos de idade (1º, 2º e 3º períodos), e atendimento parcial para crianças na pré-escola (4º e 5º períodos), vindo a ser organizado e oferecido em uma jornada de dez (10) horas diárias (as crianças adentram no espaço escolar as 7h30 min e permanecem até as 17h30 min), tendo professores(as) e auxiliares à disposição das crianças. As professoras do quadro pessoal da instituição assumem a função em toda a jornada, e não há outros profissionais no atendimento (música e dança, atividades físicas, entre outros). Esta EMEI registrou em 2022 um total de 189 crianças matriculadas na creche e pré-escola, sendo 108 em período integral na creche e 81 matriculadas na pré-escola, nos turnos matutino e vespertino.

Embora a EMEI tenha buscado criar contextos de interações e experiências que potencializem o desenvolvimento integral nas crianças, as entrevistas e observações indicam que há luta pela manutenção do espaço e funcionamento do tempo integral, pela redução da quantidade de crianças por turma para assegurar práticas efetivas e pela garantia de recursos para a qualidade desse tempo. Há movimentos organizados e não organizados no município pela ampliação das taxas de atendimento integral na Educação Infantil, como a Comissão do Plano Municipal de Educação e o Fórum Baiano de Educação Infantil do Sertão Produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa, foi possível compreender que atendimento integral não significa, somente, manter os bebês e as crianças em uma jornada dupla na unidade escolar, mas cuidar para que, neste período, sejam desenvolvidas experiências formativas que contemplem o desenvolvimento integral. Assim, o estudo evidencia a importância do atendimento integral como direito das crianças e como justiça social.

Por fim, a conclusão da pesquisa é a de que o contexto social e político dos últimos anos, sobretudo a partir da pandemia, pressionaram indicadores sociais e a luta por Educação Infantil integral. Outro ponto é que as políticas nacionais das últimas décadas no âmbito da Educação Infantil serviram de contextos de influência para a produção de oferta de atendimento integral na Educação Infantil em Guanambi, bem como para a evolução das taxas

de atendimento. Notadamente, o Programa Proinfância (Brasil, 2007), significou a maior influência para a ampliação do atendimento.

Os dados ratificam a necessidade de assistência financeira e técnica aos municípios, em regimes de colaboração, para que a política de atendimento integral avance para o atendimento dos bebês, por exemplo, que não é uma realidade no município. Tais contextos de influência e produção da política educacional repercutem nas lutas e resistências em âmbito local, como a criação de comissões de monitoramento da meta de Educação Infantil, fórum de Educação Infantil e movimentos não organizados de famílias pela ampliação da jornada de atendimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vânia Carvalho de *et al.* **Educação Infantil em Jornada de Tempo Integral: dilemas e perspectivas.** Vitória: Edufes, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Brasília, 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001.** Brasília: MEC, 2001c.

EDUCAÇÃO. Ministério da. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009.** 2009

GUANAMBI. Secretaria de Educação. **Base Municipal Curricular de Guanambi.** 2020.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para análise de políticas educacionais.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

Autor 1:



Gustavo Alves Oliveira

Graduando do 9º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) na linha “Infâncias, Crianças e Práticas Educativas”. Membro do Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI) no município de Guanambi – BA. E, bolsista de iniciação científica CNPq.

E-mail: oliveiragustavo9999@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7365885308953660>

Autor 2:



Elenice de Brito Teixeira Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2021). Mestre em Educação pela mesma Universidade (2011). É professora adjunta na Universidade do Estado da Bahia – UNEB desde 2012. Integra o corpo docente do Mestrado acadêmico em Educação e Formação Docente da UNEB (PPGEduf) e coordena o Programa de Pós-graduação em Docência na Educação Infantil (PGDEI). Criadora e coordenadora do Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI) da UNEB.

E-mail: ebtsilva@uneb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5477289691865843>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8145-6664>